

Uma análise da abordagem sobre a questão alimentar em dois livros didáticos do 7º ano da Rede Estadual Paranaense: Araribá Mais Geografia e Expedições Geográficas

Un análisis del abordaje del tema de la alimentación en dos libros de texto de séptimo grado del sistema escolar estatal de Paraná: Araribá Mais Geografia y Expedições Geográficas

Camila Campos de Lara Jakimiu¹
Amanda Montenegro Murakami²

Resumo

O objetivo do artigo é analisar a abordagem sobre a questão alimentar em dois livros didáticos do 7º ano da rede estadual paranaense, denominados Araribá mais Geografia (2022) e Expedições Geográficas (2022), os quais foram os mais distribuídos no ano de 2024 neste estado. Busca-se compreender a forma como a temática é tratada, a partir dos conceitos, exemplos e figuras utilizadas. Metodologicamente, adota os moldes da pesquisa teórico-bibliográfica de cunho qualitativo, sendo a área de abrangência a da Geografia Agrária com ênfase nos processos educativos, a partir de autores(as) da bibliografia especializada. Também se utiliza a pesquisa documental e toma como objeto de análise os livros didáticos citados. Do estudo realizado, pode-se constatar que existe a ausência da abordagem crítica acerca das relações e tensionamentos que atravessam a questão alimentar e que a Pedagogia do Agronegócio busca fomentar, através da educação, um consenso na sociedade para consolidar a hegemonia do setor e assim defender seus próprios interesses políticos e econômicos.

Palavras-chave: Livro didático; Agronegócio; Pedagogia do Agronegócio; Agroecologia; Soberania alimentar.

Resumen

El objetivo de este artículo es analizar el abordaje de la alimentación en dos libros de texto de séptimo grado del sistema escolar estatal de Paraná, titulados Araribá mais Geografia (2022) y Expedições Geográficas (2022), que fueron los de mayor distribución en 2024 en este estado. El objetivo es comprender cómo se aborda el tema, con base en los conceptos, ejemplos y figuras utilizados. Metodológicamente, se adopta el marco de la investigación teórico-bibliográfica cualitativa, con enfoque en la Geografía Agraria y énfasis en los procesos educativos, basándose en autores de bibliografía especializada. También se utiliza la investigación documental, tomando como objeto de análisis los libros de texto mencionados. El estudio revela la ausencia de un enfoque crítico sobre las relaciones y tensiones en torno a la alimentación, y que la Pedagogía de la Agroindustria busca fomentar, a través de la educación, un consenso en la sociedad para consolidar la hegemonía del sector y, así, defender sus propios intereses políticos y económicos.

Palabras clave: Libro de texto; Agronegocio; Pedagogía de lo Agronegocio; Agroecología; Soberanía Alimentaria.

¹ Universidade Federal do Paraná (UFPR). camila.jakimiu@yahoo.com

² Universidade Federal do Paraná (UFPR). amanda.kami@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

Parte-se do pressuposto de que a questão alimentar não se restringe ao acesso individual aos alimentos, mas envolve os modelos de produção, distribuição e consumo que estruturam os sistemas alimentares e condicionam sua disponibilidade, qualidade e diversidade. No contexto contemporâneo, o sistema alimentar hegemônico encontra-se profundamente articulado à lógica de reprodução do capital, no qual a expansão da cadeia agroindustrial tem ampliado o controle das grandes corporações sobre diferentes etapas da produção, circulação e comercialização dos alimentos. Esse processo fortalece relações de dependência econômica e tecnológica e intensifica a padronização dos cultivos, a mercantilização da natureza e a subordinação da alimentação aos interesses do mercado, produzindo impactos sociais, ambientais e territoriais que tensionam o direito humano à alimentação adequada.

A compreensão da cadeia agroindustrial adotada neste trabalho fundamenta-se nas contribuições do ETC Group (2017), coletivo internacional de pesquisa e ação, que evidencia a constituição de um sistema alimentar linear, organizado desde a produção até o consumo sob o controle de grandes corporações. Essa lógica produtiva promove a concentração econômica, reduz a autonomia dos povos sobre seus sistemas alimentares, compromete a diversidade agrícola e intensifica a exploração dos bens comuns da natureza. Em contraposição, a agroecologia apresenta-se como uma perspectiva política, científica e social que disputa outros modos de produzir alimentos, fundamentados na diversidade ecológica, nos saberes tradicionais, na autonomia dos povos do campo e na construção coletiva da soberania alimentar.

No campo educacional, a questão alimentar configura-se como uma temática de grande potencial formativo, pois atravessa a experiência cotidiana dos(as) sujeitos(as) e possibilita compreender as relações entre sociedade, natureza, território e produção do espaço. Nesse sentido, a Geografia escolar possui papel estratégico na construção de uma leitura crítica dos sistemas alimentares, uma vez que permite analisar os conflitos territoriais, os diferentes modelos de agricultura e as relações de poder que estruturam o campo brasileiro. Entretanto, observa-se que os materiais didáticos frequentemente apresentam uma abordagem limitada dessa temática, marcada pela valorização do agronegócio e pela ausência ou invisibilização de sujeitos(as) sociais, étnico-raciais, de gênero e dos territórios camponeses, configurando aquilo que Arroyo (2013) denomina de ausência seletiva de sujeitos(as) sociais.

Esse processo relaciona-se ao avanço das políticas educacionais de orientação neoliberal, especialmente a partir da implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que estabelece um modelo curricular prescritivo baseado na definição de competências, habilidades e conteúdos a serem desenvolvidos em determinados períodos escolares. Conforme destaca Girotto

(2017, p. 426), trata-se de uma concepção curricular estruturada como uma “lista de conteúdos e procedimentos a serem seguidos e executados em um determinado intervalo de tempo”, reduzindo as possibilidades de construção de currículos vinculados às especificidades territoriais e às contradições sociais.

No que se refere à questão alimentar, a BNCC tende a privilegiar uma abordagem associada ao desenvolvimento sustentável, à eficiência produtiva e às cadeias econômicas, relegando a segundo plano as disputas políticas, econômicas e territoriais que estruturam os sistemas alimentares. Essa perspectiva favorece a incorporação, nos materiais didáticos e nas práticas formativas, de narrativas que apresentam o agronegócio como principal responsável pela produção de alimentos, sem problematizar aspectos estruturantes do campo brasileiro, como a concentração fundiária, o uso intensivo de agrotóxicos, a expansão das monoculturas voltadas à exportação, os conflitos territoriais, a insegurança alimentar, a soberania alimentar e as diferentes formas de produção desenvolvidas pela agricultura camponesa, familiar, indígena e quilombola (Brasil, 2018).

Esse cenário insere-se em um contexto histórico-geográfico marcado pela intensificação da ofensiva do agronegócio sobre a educação pública brasileira, mediante sua crescente intervenção nos currículos, nos materiais didáticos e nos processos de formação docente. Tal movimento evidencia a consolidação daquilo que Leite (2023) denomina de Pedagogia do Agronegócio, compreendida como um complexo processo organizativo, político, econômico e pedagógico desenvolvido pelos aparelhos privados de hegemonia do agronegócio, como associações empresariais, entidades de classe, empresas, institutos de pesquisa, editoras, sindicatos patronais, bancada ruralista e meios de comunicação, com o objetivo de produzir consenso social em torno dos interesses econômicos e político-ideológicos desse setor.

Essa disputa pela educação pública materializa-se em diferentes iniciativas que buscam legitimar a perspectiva do agronegócio no ambiente escolar, como o Programa Agrinho, o Programa Agronegócio na Escola e a campanha “De Olho no Material Escolar” (DOME). Essas ações atuam na difusão de valores, concepções e interesses do agronegócio no interior da escola pública.

O Programa Agrinho, implantado em 1996 nas escolas públicas do Paraná, constitui um exemplo dessa estratégia. Desenvolvido pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar-PR), em parceria com a Federação da Agricultura do Estado do Paraná (Faep), promove ações pedagógicas voltadas à inserção de conteúdos para difusão de valores vinculados ao modelo do agronegócio, a partir do uso de materiais didáticos, formações docentes, atividades escolares e premiações (Alentejano et al., 2021).

De forma semelhante, o Programa Agronegócio na Escola, desenvolvido nas redes públicas municipais do estado de São Paulo desde 2001, busca aproximar o setor empresarial do ambiente

escolar por meio de uma narrativa associada à competitividade, à segurança alimentar e à sustentabilidade. Vinculado à Associação Brasileira do Agronegócio (Abag), o programa apresenta o agronegócio como modelo predominante e tende a desqualificar perspectivas alternativas de produção agrícola (Alentejano et al., 2021).

Mais recentemente, a campanha “De Olho no Material Escolar” (DOME), iniciada em 2020 durante a pandemia de Covid-19, passou a atuar como uma estratégia político-ideológica voltada à revisão dos conteúdos presentes nos livros didáticos. Liderada pelo grupo denominado “Mães do Agro”, a iniciativa argumenta existir uma representação negativa do agronegócio nos materiais escolares e busca apagar abordagens relacionadas a temas como conflitos fundiários, exploração do trabalho, impactos ambientais e concentração da terra, reforçando uma narrativa exclusivamente positiva sobre o setor (Alentejano et al., 2021).

Diante desse contexto, o objetivo geral consiste em analisar a abordagem da questão alimentar em dois livros didáticos do 7º ano do Ensino Fundamental, Araribá Mais Geografia (2022) e Expedições Geográficas (2022), buscando compreender como a temática é apresentada a partir dos conceitos, exemplos, imagens e narrativas presentes nas obras. Ressalta-se que esses materiais foram os livros didáticos mais distribuídos para a rede estadual do Paraná no ano de 2024.

Quanto aos procedimentos metodológicos, a pesquisa caracteriza-se como qualitativa, de natureza teórico-bibliográfica e documental. A análise fundamenta-se em estudos da Geografia Agrária, Educação do Campo e currículo, articulando autores(as) que discutem sistemas alimentares, agronegócio, Agroecologia e disputas curriculares. A pesquisa documental, conforme Cellard (2008), possibilita compreender os documentos como expressões históricas e sociais de determinado contexto, sendo o livro didático analisado enquanto objeto cultural e instrumento de produção e circulação de conhecimentos.

O procedimento metodológico consistiu em uma análise prévia do sumário de ambos livros didáticos, buscando localizar os capítulos e/ou unidades temáticas que trazem uma indicação sobre a questão alimentar. Considerando o objetivo deste trabalho, foi realizada uma leitura mais direcionada às unidades 4 a 8 do livro Expedições Geográficas (2022), que tratam das regiões do Brasil, enquanto no livro Araribá (2022) a análise teve mais enfoque no capítulo 9, que aborda o espaço, entretanto, também consistiu em elementos encontrados no livro como um todo.

Do estudo realizado pode-se constatar que, embora os livros didáticos apresentem conteúdos relacionados à agricultura e à produção de alimentos, permanecem ausentes ou pouco problematizadas as relações e tensionamentos que atravessam a questão alimentar, como o papel das mulheres na produção de alimentos, a economia solidária, a soberania alimentar e a multidimensionalidade da questão agrária. Além disso, identifica-se que os materiais analisados

apresentam marcas da Pedagogia do Agronegócio, ao contribuírem para a construção de uma narrativa que privilegia a lógica produtivista do setor, enquanto invisibiliza conflitos, sujeitos(as) e alternativas historicamente construídas no campo brasileiro.

2 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A problemática central da questão alimentar está estruturada na questão agrária, sendo que esta “[...] resulta de um conjunto de problemas gerados pelo processo de acumulação capitalista e pelo desenvolvimento da agricultura e da pecuária, em particular” (Fernandes, 2021). Atualmente, a agricultura e a pecuária no Brasil são as principais atividades do modelo do agronegócio, pois “[...] feito para os grandes proprietários e fundamentado na exploração, na expropriação, nas leis de mercado e de concorrência, acaba sendo o modelo fundamental para produzir alimentos, repartir recursos financeiros ou se apropriar dos bens naturais de toda uma sociedade” (OQA-PR, 2021, p. 35).

A construção de um sistema econômico pautado na exploração e na expropriação condiciona a alimentação da população, que por sua vez, torna-se uma ferramenta de perpetuação e expansão do capitalismo, sendo essa a problemática da questão alimentar no contexto atual. Nesse sentido, a alimentação passa a ser disputada pelo mercado capitalista: o problema não é a falta de alimentos, mas a possibilidade de que, em algum momento, as grandes empresas capitalistas que dominam o mercado global de distribuição, como forma de pressionar os preços e aumentar os lucros, promovam um boicote ou um bloqueio da distribuição, interferindo no mercado” (Amorim, 2023, p. 8).

Como já mencionado, a agroecologia defende a perspectiva de um modelo mais saudável com a natureza e, consequentemente, com a alimentação no geral. De forma específica, Prévost (2020, p. 26) caracteriza a agroecologia como um território de conflitos múltiplos, ou seja, está em questionamento “[...] sua definição, sua qualidade enquanto ‘ciência’, quem produz o conhecimento (cientistas e/ou camponeses e povos indígenas), sua finalidade de transformação técnica, ecológica, social e/ou política”. No entanto, na questão alimentar, a Agroecologia pode ser compreendida como uma ferramenta de resistência contra as lógicas do mercado, em defesa de um modelo mais saudável e comprometido politicamente com todas as formas de vida, por isso, também do sistema alimentar.

Nesse contexto, a Agroecologia é ameaçada pelo modelo agroexportador, assim como a agricultura familiar, em que “[...] agricultores familiares que dirigem o processo produtivo, dando ênfase na diversificação e utilizando o trabalho familiar, eventualmente complementado pelo trabalho

assalariado”, representando quase 85% dos estabelecimentos agropecuários, ainda que ocupem cerca de 25% da área total ocupada por estabelecimentos rurais (NEAAF, 2026).

Considerando essa perspectiva foi possível identificar que o livro didático Araribá (2022) apresentou uma caracterização do que é o agronegócio, agricultura familiar, movimentos sociais do campo, entre outros, porém, não apresentou uma relação concreta com a questão alimentar, isto é, o que acessamos, o que é produzido e, sobretudo, a relação complexa que temos com os alimentos. Ou seja, não aponta uma relação de "causa-efeito" da alimentação pouco diversa e inacessível do tipo de produção da cadeia agroindustrial em que o modelo do agronegócio está inserido, conforme apresentado no Quadro 1:

Quadro 1 – Conceitos do livro Araribá (2022).

Conceito	Definição
Agronegócio	O agronegócio apresenta elevada produtividade pelo fato de empregar alta tecnologia nas diversas etapas da produção. Embora, em geral, seja praticado nos latifúndios em sistema de monocultura, voltado à exportação, muitas médias e algumas pequenas propriedades participam do agronegócio, sobretudo nas regiões Sul e Sudeste, por meio de cooperativas agrícolas. O agronegócio engloba atividades de processamento, industrialização, distribuição e comercialização de produtos da agropecuária, articulando os diferentes setores da economia. A agroindústria está inserida nesse sistema integrado de produção (Araribá, 2022, p. 107).
Agricultura Familiar	A agricultura familiar é a principal responsável pelo abastecimento do mercado interno e apresenta alta produtividade. Essa forma de produção agrícola emprega a maioria dos trabalhadores do campo e corresponde ao maior número de estabelecimentos rurais existentes no país. A eficiência produtiva e econômica da agricultura familiar é considerada superior à do agronegócio. Além disso, oferece a vantagem de degradar menos o meio ambiente. Muitos agricultores familiares, no entanto, sofrem dificuldades para manter a produção, como falta de acesso a financiamentos e baixa remuneração pela venda dos produtos (Araribá, 2022, p. 107).
Movimentos sociais do campo	A concentração fundiária agrava problemas relacionados ao desemprego, à miséria e à violência no espaço rural. Essa situação motivou a organização de movimentos sociais que reivindicam o acesso à terra. Entre eles, um dos mais conhecidos é o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que reivindica a reforma agrária, ou seja, a redistribuição de terras e da renda agrícola como forma de reduzir a concentração fundiária e garantir melhores condições de vida aos trabalhadores do campo (Araribá, 2022, p. 110).

Fonte: Livro Araribá (2022). Nota: Organização das autoras.

Além disso, não menciona em nenhum capítulo a agroecologia, apenas a “Agricultura Orgânica”:

A agricultura orgânica, que não utiliza agrotóxicos, insumos industrializados e sementes modificadas geneticamente, tem crescido no Brasil e no mundo. Porém, os alimentos orgânicos ainda não são acessíveis à maioria da população devido aos preços, em geral mais elevados se comparados aos não orgânicos (Araribá, 2022, p. 110).

Esta definição possui restrições conceituais pois apresenta a produção orgânica como àquela sem agrotóxicos, como exemplo da Figura 1, mas, sem mencionar que pode ser feita em forma de monocultura por grandes empresas, concepção que não é suficiente para libertar as pessoas do sistema alimentar dominante.

Figura 1 – Feira de produtos orgânicos no Rio de Janeiro.



Fonte: Livro Araribá (2022, p. 37).

Por isso, torna-se fundamental reafirmar a agroecologia como uma perspectiva que ultrapassa a dimensão estritamente técnica da produção agrícola, constituindo-se como um campo de conhecimentos, práticas e disputas políticas orientado à construção de sistemas produtivos sustentáveis, articulados aos saberes populares, à diversidade ecológica e às formas coletivas de organização do trabalho no campo. Nessa perspectiva, a Agroecologia integra conhecimentos científicos e saberes historicamente construídos pelos povos do campo, buscando superar o modelo produtivo hegemônico da agricultura industrial, baseado na dependência de insumos químicos, na homogeneização dos cultivos, na degradação dos ecossistemas e na apropriação intensiva dos bens naturais. Mais do que uma alternativa produtiva, a Agroecologia expressa uma relação sociedade-natureza que confronta a racionalidade do agronegócio, ao questionar a concentração fundiária, a mercantilização da natureza e a subordinação da agricultura aos interesses do capital. Assim, assume uma dimensão política e educativa, ao fortalecer processos de autonomia camponesa, soberania alimentar e construção de novas formas de produzir e viver no território (Caldart et al, 2012).

Destaca-se a discussão sobre a fome no livro didático Araribá (2022) na unidade VIII “Região Nordeste”, a qual traz em um texto complementar para o/a professor(a) um trecho da obra “Geografia da Fome” do professor, geógrafo e médico Josué de Castro:

Pelo Brasil afora, se tem a ideia apressada e simplista de que o fenômeno da fome no Nordeste é produto exclusivo da irregularidade e da inclemência de seu clima. De que tudo é causado pelas secas que periodicamente desorganizam a economia da região. Nada mais longe da verdade [...] Há tempos que nos batemos para demonstrar, para incutir na consciência nacional, o fato de que a seca não é o principal fator da pobreza ou da fome nordestina. [...] São causas mais ligadas ao arcabouço social do que aos acidentes naturais, às condições ou bases físicas da região. [...] A luta contra a fome no Nordeste não deve, pois, ser encarada em termos simplistas de luta contra a seca, muito menos de luta contra os efeitos da seca. Mas de luta contra o subdesenvolvimento em todo o seu complexo regional, expressão da monocultura e do latifúndio, do feudalismo agrário e da subcapitalização na exploração dos recursos naturais da região (Castro, 2002, p. 242-244 apud Araribá, 2022, p. 210).

No entanto, apesar de mencionar este trecho que é extremamente contundente, o livro não aborda de forma crítica a relação da fome com o modelo agroexportador do agronegócio, isto é, compreendendo que a fome é geográfica porque é socialmente produzida e retroalimentada pelo poder dos atores hegemônicos, sobretudo pela burguesia agrária brasileira (Barros, 2018), isto é, por uma classe dominante que possui os meios de produção com o propósito de valorização do capital, formada por ruralistas, empresários rurais, latifundiários, pecuaristas, grandes proprietários de terra que detêm “capital agrário, capital agroindustrial, capital agrocomercial, capital financeiro e se organiza através de grandes empresas capitalistas” (Barros, 2018, p. 186).

Também não relaciona a fome com questões de raça e gênero, pois uma em cada cinco famílias chefiadas por pessoas pretas ou pardas enfrenta a fome, o dobro da taxa observada em famílias chefiadas por pessoas brancas. As famílias chefiadas por mulheres têm maior percentual de insegurança alimentar, com 19,3% convivendo com a fome, em comparação com 11,9% das famílias chefiadas por homens. O perfil das pessoas em insegurança alimentar grave é composto principalmente por famílias chefiadas por mulheres, indivíduos pretos ou pardos, com baixa escolaridade, desempregados e com renda per capita inferior a um quarto do salário mínimo (Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Insegurança Alimentar, 2023).

Além disso, não evidencia o aumento da fome do país como um dos efeitos da Pandemia de Covid-19, trazendo apenas que:

No final de 2019, a Organização Mundial da Saúde (OMS) foi alertada a respeito do surgimento de uma variação do coronavírus na cidade de Wuhan, na China. A doença causada por essa variação ficou conhecida como Covid-19 e, em pouco tempo, se espalhou pelo planeta. Assim, em março de 2020, a OMS reconheceu que se tratava

de uma pandemia. Ao longo dos anos de 2020 e 2021, surgiram variantes da Covid-19 que só puderam ser enfrentadas com o desenvolvimento de vacinas e com medidas de combate à circulação do vírus, como a higienização das mãos, o distanciamento social e o uso de máscara (Araribá, 2022, p. 219).

Durante o governo de Jair Messias Bolsonaro a fome saltou de 19,1 milhões de pessoas no final de 2020 para 33,1 milhões em 2022, tendo em vista a desestruturação de políticas de segurança alimentar, tais como do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Bolsa Família (PBF) que foram substituídos por programas como o Alimenta Brasil e o Auxílio Brasil, considerados frágeis. Além disso, a má gestão do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) durante a pandemia resultou na redução da oferta de refeições de qualidade aos estudantes. Esta conjuntura aprofundou uma crise social já existente, fazendo o país retornar ao Mapa da Fome, que trata-se de uma publicação da Organização das Nações Unidas (ONU), em que são listados os países com mais de 5% de sua população ingerindo menos calorias do que o recomendável. O Brasil havia deixado de fazer parte dessa lista em 2014, por reduzir em 82% a fome, a desnutrição e a subalimentação, no período de 2002 a 2013, segundo o estudo da ONU (Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Insegurança Alimentar, 2022).

Por sua vez, o livro didático *Expedições Geográficas* (2022) está estruturado em oito unidades, sendo as unidades 1 a 3 uma caracterização geral sobre o Brasil, abordando temas como população, industrialização, formação do território e domínios morfoclimáticos. As unidades seguintes tratam de trabalhar a regionalização do Brasil, portanto, cada unidade diz respeito a uma das regiões, respectivamente: Região Norte, Região Nordeste, Região Sudeste, Região Sul e Região Centro-Oeste.

Comparativamente, o livro didático Araribá (2022) apresenta a Unidade III “Brasil: industrialização, urbanização e espaço rural”, com o “Capítulo 9 - Espaço Rural” que trata especificamente sobre o espaço rural e os respectivos conceitos apresentados no Quadro I. Por isso, presume-se que as questões alimentares podem estar presentes nas temáticas envolvendo o espaço rural. De forma geral, os conteúdos sobre o espaço rural estão distribuídos dentro de cada unidade regional no livro didático *Expedições Geográficas* (2022), portanto, foram analisados os conteúdos presentes, principalmente, dentro dessas unidades.

Entretanto, os conteúdos que antecedem as unidades sobre cada região também apresentam alguns conceitos relacionados ao espaço rural e foram sistematizados no Quadro 2:

Quadro 2 – Conceitos do livro Expedições Geográficas (2022).

Conceito	Definição
Expansão da fronteira agropecuária	Avanço da agricultura e da pecuária em terras antes não usadas para esse fim (Expedições Geográficas, 2022, p. 54).
Grileiro	Aquele que pratica a grilagem, ou seja, apropriação ilícita de terras ocupadas ou não por seus proprietários, posseiros, indígenas, por meio da expulsão destes e falsificação de documentos de propriedade. O termo tem origem em um antigo recurso de colocar documentos novos em uma caixa com grilos, para que, por meio dos dejetos desses insetos e de sua ação de roer os papéis, ficassem amarelados e roídos dando-lhes a aparência de antigos (Expedições Geográficas, 2022, p. 69).
Titulação	Regularização da posse de terra que garante a propriedade legítima e definitiva dela (Expedições Geográficas, 2022, p. 71).
Posseiro	Ocupante de uma propriedade sobre a qual não tem nenhum direito nominal, destinando-a ao seu sustento (Expedições Geográficas, 2022, p. 71).

Fonte: Livro Expedições Geográficas (2022). Nota: Organização das autoras.

Dessa forma, é possível observar que esses conceitos estão mais relacionados com as questões que envolvem a disputa por terra, logo, não abordam a produção de alimentos e principalmente a questão alimentar.

Ao longo das unidades temáticas sobre cada região foi observado que o livro didático Expedições Geográficas (2022) aborda algumas características relacionadas ao espaço rural e a questão alimentar, conforme apresentado no Quadro 3.

Quadro 3 – Características mencionadas nas unidades sobre cada região do Brasil do livro Expedições Geográficas (2022).

Unidade	Características mencionadas
Unidade 4 - Região Norte	Intensificação da cultura da pimenta-do-reino, da juta e da malva a partir de 1930 (p. 122); entrada de grandes empresas agropecuárias a partir de 1974 e substituição do pequeno agricultor pela grande empresa rural ou pelo agronegócio (p. 130); disputas por territórios atingindo os povos da floresta (indígenas, ribeirinhos, seringueiros, castanheiros, pequenos agricultores etc.); desmatamento causado pela expansão da fronteira agropecuária (p. 131); expansão da pecuária como responsável por 75% das áreas desmatadas; reservas extrativistas como garantia para prática de agricultura de subsistência e a criação de animais de pequeno porte (p. 137).
Unidade 5 - Região Nordeste	Zona da Mata açucareira é ocupada por latifúndios monocultores de cana-de-açúcar, área que vai desde o Rio Grande do Norte até próximo a Salvador (p. 148); Zona da Mata cacaueira ao sul da Bahia, se destaca pelo comércio e exportação de cacau (p. 149); pescadoras/marisqueiras artesanais em Suape-PE são afetadas pela poluição industrial (p. 150); desmatamento no Agreste por conta da agricultura e da pecuária (p. 151); policulturas no Agreste - milho, arroz, feijão, mandioca, algodão, café, frutas tropicais e agave (p. 153); destaque para a criação de gado e fruticultura no Sertão e intensa desigualdade de terras entre a agricultura exportadora e os minifúndios (p. 160); construção de ferrovias para a exportação de produtos agropecuários do Meio-Norte (p. 168).
Unidade 6 - Região Sudeste	Expansão da cafeicultura da segunda metade do século XIX e parte do século XX (p. 175); desmatamento da Mata Atlântica e do Cerrado se intensifica por conta da expansão da cafeicultura

	e das “ferrovias do café” (p. 179; p. 188); destaque da produção de cana-de-açúcar, laranja, amendoim, soja, arroz e milho (p. 194); impactos ambientais e exploração do trabalho na cultura de cana-de-açúcar; pecuária bovina extensiva no Norte de Minas Gerais e pecuária intensiva destinada à produção de leite e derivados no Vale do Paraíba, no sul de Minas Gerais, no Triângulo Mineiro e no leste do estado de São Paulo (p. 195).
Unidade 7 - Região Sul	Criação de bovinos, equinos e ovinos nos Campos do Rio Grande do Sul no século XVII (p. 205); pesca artesanal nas lagoas costeiras do Rio Grande do Sul (p. 206); favorecimento da agricultura e pecuária por conta do clima subtropical (p. 208); agricultura em pequenos lotes de terra, originando pequenas propriedades rurais (p. 214); menção aos imigrantes que vieram para o Brasil: portugueses açorianos com a pesca e agricultura de subsistência, italianos com a produção de uva, ucranianos e poloneses com a agricultura e pecuária, japoneses com a cafeicultura (p. 215 e p. 216); intensificação do desmatamento da Mata de Araucárias para a agricultura durante o fluxo migratório alemão, italiano e polonês (p. 221); faxinais seguem um sistema agrossilvipastoril: agricultura, cultura de árvores florestais e criação de gados (p. 222); compactação do solo pelo pisoteio constante de animais na Campanha Gaúcha e erosão do solo, assoreamento de rios, contaminação das águas por agrotóxicos e por excrementos de aves e suínos dos sistemas intensivos no oeste catarinense (p. 225); agricultura moderna: produção de soja, milho, arroz, feijão e trigo, mas também de aveia, centeio, cevada, uva, erva-mate, tabaco, maçã, mandioca e café (p. 229); agroindústria alimentícia que produz vinho, geleias, café solúvel, farinha de trigo, soja, milho, entre outros produtos (p. 230); cultivo de café foi substituído por algodão, cana-de-açúcar, soja e pecuária - a partir do cultivo mecanizado que representou desemprego e migração de pessoas do campo para a cidade (p. 231); cadeia produtiva da avicultura sulina: grandes abatedouros e frigoríficos como viabilizadores do negócio dos pequenos produtores (p. 231).
Unidade 8 - Região Centro- Oeste	Rede hidrográfica favorável para fornecimento de alimentos (p. 239); expansão da fronteira agropecuária por meio de grandes fazendas de gado (p. 241); indígenas utilizados como mão de obra nas fazendas de gado e na produção agrícola após serem expulsos de seus territórios a partir de 1970 (p. 253); expansão das fazendas de gado do oeste paulista para o então Mato Grosso, especialmente a partir da década de 60 (p. 253); expansão da fronteira agrícola como transformadora da economia regional a partir da produção de grãos (p. 254); expansão econômica da região, destacando: Goiás com a produção de sorgo, soja e milho, Mato Grosso com a produção de cereais, leguminosas e oleaginosas e Mato Grosso do Sul como exportador de carne e produção de soja e milho (p. 259); alterações ambientais causadas pela expansão da fronteira agrícola, como a erosão e compactação do solo, desmatamento e perda da biodiversidade (p. 260); impactos sociais do modelo agroexportador: concentração de terras, intensa migração campo-cidade, agravamento dos problemas urbanos, conflito pelo uso da água e disputas territoriais entre grandes produtores e comunidades tradicionais e indígenas (p. 261); agricultura comercial e agricultura de produtos alimentares: exemplo da redução da cultura de arroz e feijão e de pecuária extensiva para abrir espaço para os canaviais (p. 264).

Fonte: Livro Expedições Geográficas (2022). Nota: Organização das autoras.

Dessa forma, nota-se que essas características tratam, principalmente, dos processos de concentração de terras e produção agropecuária pelos grandes proprietários no país, em especial para produção de commodities, como a soja e o milho. Ainda, a argumentação que fundamenta as consequências do avanço da produção agropecuária pelo agronegócio destaca os impactos ambientais, que são importantes, mas se limitam a uma ideia preservacionista, considerando os aspectos naturais por vezes apartados das questões socioculturais. Assim, o termo “agronegócio” quando mencionado não apresenta um aprofundamento, ainda que diversas práticas sejam causadas pela “expansão da fronteira agropecuária”, ou seja, o próprio agronegócio.

Além disso, foi possível identificar a associação entre o aumento da mecanização e das infraestruturas que sustentam essa grande rede agroexportadora, principalmente de grãos e gado, atreladas à ideia de “modernização”. O primeiro exemplo é utilizado quando, para contextualizar a economia da sub-região Meio-Norte, o livro didático indica que após a década de 70 houve um processo de modernização econômica pois “investimentos foram realizados na agropecuária, principalmente por fazendeiros originários da Região Sul, e no extrativismo vegetal e mineral” (Expedições Geográficas, 2022, p. 167). Assim, esse processo na sub-região é compreendido de forma “positiva”, indicando um discurso que não abrange as consequências da chamada “Revolução Verde”, que coincide com o período que se associa ao início da modernização econômica.

Outra menção à modernização foi encontrada na unidade temática sobre o Sudeste, como uma região que “[...] apresenta atividades agropecuárias e agroindustriais modernas em grandes extensões de terras” (Expedições Geográficas, 2022, p. 193), bem como na unidade temática sobre o Centro-Oeste quando menciona que “[...] os imigrantes transformaram muitos espaços do Centro-Oeste em áreas de agricultura e pecuária modernas” (Expedições Geográficas, 2022, p. 253).

Novamente, a modernidade está associada às grandes produções de monocultura e ao agronegócio, com uma noção de tecnologia especializada, principalmente, para a produção de grãos, mas também, compatível com o modelo de exportação. Em uma caracterização sobre o espaço agropecuário da região Sul, também foi encontrado um mapa com duas classificações: mais modernizado e menos modernizado, conforme a Figura 2.

Figura 2 – Caracterização do espaço agropecuário a partir da menção de modernidade.



Fonte: Livro Expedições Geográficas (2022, p. 216).

Para Bombardi (2023, p. 55), “[...] o avanço da “moderna” agricultura capitalista no país é permeado por casos de violência contra indígenas, quilombolas, camponeses e trabalhadores rurais, além de contaminação química dos povos, dos solos e das águas”. Ou seja, o livro privilegia um discurso que reproduz a ideia de modernidade como favorável à economia vinculada ao modelo agroexportador, mas, que desconsidera e invisibiliza as consequências ambientais e sociais associadas à questão alimentar.

Nesse sentido, o livro apresenta a questão alimentar enaltecendo o modelo do agronegócio, a partir de subtítulos como “tecnologias disruptivas impactam o agro brasileiro”, no qual aborda a importância de drones e softwares “que provocam uma ruptura com os padrões ou modelos já estabelecidos, trazendo melhorias na agilidade, precisão e relação custo-benefício dos processos de trabalho” (Expedições Geográficas, 2022, p. 195), conforme representado na Figura 3.

Figura 3 – Agricultor opera drone em plantação no município de Eldorado, MS.



Fonte: Livro Expedições Geográficas (2022, p. 195).

Em relação aos povos tradicionais e à questão alimentar, foi mencionado sobre a importância das lagoas costeiras como “criadouros de muitos animais marinhos, como “tainha, camarão, etc” no Rio Grande do Sul (Expedições Geográficas, 2022, p. 206), representado na Figura 4. Na unidade temática sobre a Região Norte, as comunidades tradicionais são brevemente mencionadas como atingidas pelo processo de expansão da fronteira agropecuária, principalmente, causando a disputa por territórios entre diferentes grupos (Expedições Geográficas, 2022).

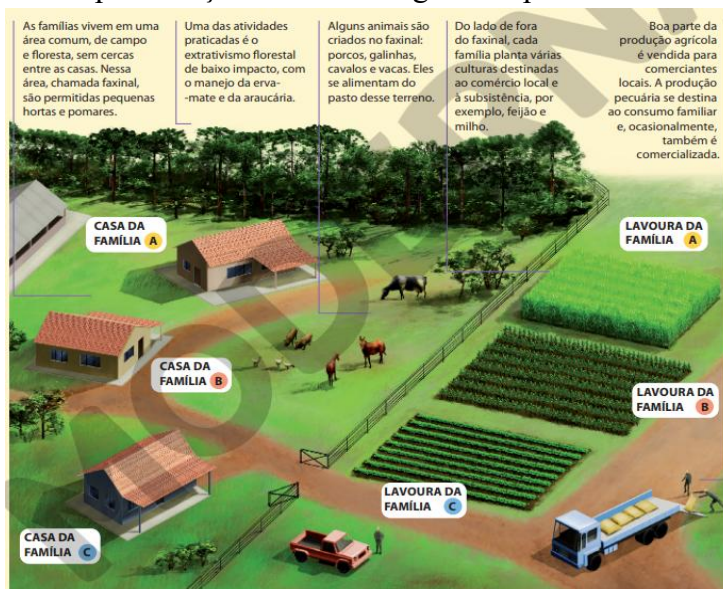
Figura 4 – Barcos de pesca artesanal na margem da Lagoa dos Patos em São José do Norte, RS.



Fonte: Livro Expedições Geográficas (2022, p. 206).

Ademais, os povos tradicionais não são apresentados quanto à sua diversidade de alimentos e os impactos sentidos por esse sistema agroalimentar dominante. O único povo que foi apresentado com maior detalhamento quanto à sua dinâmica alimentar foram os faxinalenses, em uma representação gráfica de seu sistema agrossilvipastoril apresentado na Figura 5. Assim, a ausência da dinâmica alimentar dos povos tradicionais parte de uma metodologia que apresenta apenas a dimensão do agronegócio, sem possibilitar o conhecimento sobre a riqueza alimentar desses povos.

Figura 5 – Representação do sistema agrossilvipastoril de um Faxinal.



Fonte: Livro Expedições Geográficas (2022, p. 210).

Para Shiva (2003) o atual modelo de exportação integra uma noção de “monocultura da mente”, que não permite a pluralidade de caminhos para o conhecimento da natureza e do universo, pois o saber científico ocidental é dominante e integra uma visão globalizada, que faz desaparecer o

Revista de Ensino de Geografia, Uberlândia, v. 17, n. 31, 2026.

espaço das alternativas locais – os sistemas locais de saber multidimensionais (Shiva, 2003). Assim, considerando a necessidade de modelos de alimentação diversificados, entende-se que o modelo agroexportador dominante predomina no conteúdo do livro, reproduzindo a ideia de uma monocultura da mente sem caracterizar a diversidade dos sistemas locais de alimentação.

Em outra seção aborda sobre “Consumo consciente e educação financeira”, na qual sugere ao estudante ir ao supermercado e “anotar em uma lista os itens de que precisa e escolher os produtos em promoção e os alimentos de época, que são mais baratos” (Expedições Geográficas, 2022, p. 90), sem trazer maior aprofundamento sobre os modelos de produção de alimentos e porque existe variação nos preços, inserindo, portanto, a discussão no âmbito da geopolítica mundial, do 'Supermercadismo' e da concentração do varejo alimentar (Cavalcanti, 2018).

A dinâmica global da alimentação está caracterizada pela financeirização da cadeia do setor de alimentação, desde o controle das sementes, o mercado de agrotóxicos pelas mesmas corporações que controlam as sementes transgênicas e o envenenamento de terrenos por agrotóxicos, passando pela distribuição de alimentos pelos gigantes corporativos, as “Big food” – transnacionais do mercado mundial de alimentos e bebidas como a Pepsico e a Nestlé – e o oligopólio de distribuição pelas grandes empresas (Lizarraga e Filho, 2023, p. 43). Esse controle da semente à comercialização final está incluído na lógica da cadeia agroindustrial, seguindo uma economia global de mercado em uma sequência linear de várias fases que controla a política de alimentação (ETC Group, 2017).

O uso de agrotóxicos para a produção de alimentos também não é evidenciado no livro. No Percurso 27, intitulado “Região Sul: problemas ambientais”, inicialmente o livro aborda sobre os problemas ambientais nas bacias hidrográficas e insere uma imagem de pulverização de agrotóxicos, apresentada na Figura 6, sem considerações extras sobre esses impactos.

Figura 6 - Pulverização de agrotóxicos em plantação na zona rural do município de Arroio do Tigre.



Fonte: Livro Expedições Geográficas (2022, p. 223).

A utilização de agrotóxicos no Brasil é uma discussão central e pode ser interpretada a partir da ideia de “colonialismo químico”, conceito trabalhado por Bombardi (2023 p. 53), que consiste neste movimento do capital no qual “[...] indústrias sediadas em países centrais do sistema econômico internacional vendem agrotóxicos proibidos em seus próprios territórios para países do Sul global, particularmente da América Latina”. Assim, a dinâmica entre esse modelo econômico e a garantia da alimentação em sua totalidade se constitui como uma falácia:

Nisso se constitui o abismo, essa geografia do abismo, esse trágico momento-mundo, em que empresas sediadas no hemisfério Norte, com a falaciosa justificativa de alimentar o mundo, lucram com a produção e a venda de substâncias que afetam a população de forma absolutamente desigual: são os do Sul, os pretos, os indígenas, as mulheres os que mais sofrem. Não apenas o problema da fome persiste como, além de famintos, estamos envenenados, com nossos ecossistemas igualmente contaminados (Bombardi, 2023, p. 65).

O modelo, batizado de “supermercadismo”, ganhou força a partir de 1990 e se consolidou pela penetração de transnacionais como Walmart, Carrefour e o Grupo Casino (proprietário, no Brasil, do Assaí, do Pão de Açúcar, do Compre Bem e do Extra). A concentração do varejo alimentar em poucas redes transnacionais impacta diretamente a cadeia de produção e a precarização do trabalho. Esse modelo de produção em larga escala, focado no lucro, contrasta com as lógicas de produção da agricultura familiar e das feiras livres, que priorizam a diversidade e a proximidade. A lógica do “supermercadismo” contribui para a desigualdade no acesso a alimentos saudáveis, uma vez que a escolha dos produtos disponíveis reflete as prioridades do mercado e não necessariamente as necessidades da população (Cavalcanti, 2018).

Em ambos os livros didáticos não há a menção do papel dos movimentos sociais no combate à fome, tais como, através das cozinhas solidárias, onde movimentos sociais como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST) organizam cozinhas comunitárias para distribuir alimentos, atuando como “práticas socioespaciais de resistência” (Lunardon, 2023) no campo e na cidade. Essas cozinhas se tornaram espaços de organização coletiva, fortalecendo laços de solidariedade e criando um sentido compartilhado de luta e esperança.

As cozinhas solidárias foram criadas no contexto da pandemia de Covid-19 e se destacam como verdadeiros refúgios de solidariedade, promovendo a distribuição massiva de refeições saudáveis e agroecológicas, portanto, atendem a necessidade básica de alimentação e são agentes de transformação social (MST, 2023).

Nesse sentido, considerando o ataque à agricultura familiar e à Agroecologia pelo agronegócio, a Reforma Agrária representa um papel importante no combate à fome a partir da democratização e distribuição de terras. Entretanto, historicamente não houve uma política efetiva de Reforma Agrária no Brasil:

[...] a Reforma Agrária clássica, com raras exceções, nem chegou a figurar como projeto das elites, pois a luta pela terra sempre esteve no cerne da divisão de classes e tais concessões poderiam abrir fendas para reparações estruturais frente a uma história sangrenta de colonização, escravização indígena e negra, subordinação camponesa e produção de relações sociais racistas e dominadoras (MST, 2025, p. 33).

Em contrapartida, a Reforma Agrária Popular surge no cenário em que as classes subalternas do campo elaboram “[...] propostas de democratização do acesso às terras agricultáveis, de promoção de um desenvolvimento econômico, social, político e cultural do campo” (MST, 2025, p. 34). Sendo assim, o MST surge com uma elaboração teórica denominada Reforma Agrária Popular a fim de “[...] fortalecer a luta pela terra, estimular o protagonismo camponês, potencializar suas conquistas, superando os preconceitos políticos que consideram tal segmento como ser social anti-revolucionário, expressão do atraso tecnológico, cultural e político” (MST, 2025, p. 34).

É preciso recolocar na pauta política do país uma reforma agrária que desconcentre a terra, o poder e a riqueza no campo e promova a produção de alimentos saudáveis a partir da perspectiva agroecológica. E para isso é fundamental evitar que as escolas sejam mais um espaço de reprodução acrítica da autoimagem projetada pelo agronegócio. É preciso que as escolas sejam espaço onde professores/as e estudantes possam debater livremente os problemas gerados pela hegemonia do agronegócio (Alentejano et al., 2021, p. 467).

Dessa forma, legitima-se a importância de uma abordagem crítica dos temas que envolvem a questão alimentar no ensino de Geografia, pois “as práticas alimentares são práticas espaciais, uma vez que é impossível compreender a produção, aquisição, preparo e consumo dos alimentos sem a consideração do espaço no qual elas se realizam” (Ribeiro Júnior, 2012, p. 115). Logo, é urgente romper com o discurso do agronegócio enquanto modelo único de produção e garantir que outras perspectivas de alimentação possam ser consideradas, como é o caso da agroecologia, que está pautada em relações mais justas entre as pessoas e com a terra, de forma a garantir uma alimentação diversificada, saudável e acessível baseada na concepção de soberania alimentar.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se concluir que os livros didáticos Araribá Mais Geografia (2022) e Expedições

Geográficas (2022) apresentam limites significativos na abordagem da questão alimentar, uma vez que não contemplam a complexidade das relações sociais, econômicas, políticas e territoriais que estruturam os sistemas alimentares. Embora ambos apresentem conteúdos relacionados à produção agrícola e ao espaço rural, predominam abordagens descritivas e fragmentadas, que pouco problematizam as contradições inerentes ao modelo do agronegócio. Aspectos fundamentais não são abordados, tais como, o papel das mulheres na produção de alimentos, a economia solidária, a soberania alimentar e a multidimensionalidade da questão agrária, a qual é atravessada pelas relações de classe, raça, gênero e natureza (OQA-PR, 2021).

Em uma perspectiva comparativa, observa-se que o livro *Araribá Mais Geografia* (2022) apresenta maior sistematização dos conteúdos relacionados ao espaço rural, dispondo de uma unidade temática específica que aborda elementos da questão agrária brasileira. O material incorpora definições de agricultura familiar e agronegócio, além de referências aos movimentos sociais do campo, possibilitando uma ampliação do debate sobre os diferentes sujeitos(as) e formas de organização presentes no campo. Por sua vez, o livro *Expedições Geográficas* (2022) não apresenta uma unidade temática específica dedicada ao espaço rural, abordando aspectos da produção agropecuária principalmente a partir das características econômicas e regionais do Brasil, com destaque para a dinâmica do agronegócio, sem aprofundar suas implicações sociais, ambientais e territoriais.

Nesse sentido, ainda que o livro *Araribá Mais Geografia* (2022) demonstre avanços relativos ao incorporar elementos que permitem tensionar uma visão exclusivamente produtivista da agricultura, tais contribuições permanecem limitadas. A presença de conteúdos sobre agricultura familiar e movimentos sociais do campo não significa, necessariamente, uma abordagem crítica e aprofundada da questão alimentar e agrária, pois esses temas aparecem de maneira pontual e desarticulada das estruturas históricas que conformam o campo brasileiro. Permanecem pouco problematizadas questões centrais, como a concentração fundiária, os conflitos territoriais, a expansão do agronegócio, a apropriação corporativa dos sistemas alimentares, os impactos socioambientais desse modelo produtivo e as contradições entre a produção de commodities voltadas ao mercado internacional e a garantia da soberania alimentar.

Assim, reconhece-se que o *Araribá Mais Geografia* (2022) apresenta maiores possibilidades para a construção de uma abordagem sobre alimentação, contudo, essas contribuições permanecem condicionadas aos limites da forma como a questão agrária é hegemonicamente incorporada pelos currículos escolares, frequentemente marcada por uma perspectiva descritiva dos processos produtivos e por uma abordagem que tende a atenuar os conflitos e disputas que estruturam o espaço agrário brasileiro. Dessa forma, a mediação docente torna-se fundamental para ampliar as

problematizações presentes no livro didático, articulando os conteúdos escolares às realidades territoriais dos(as) estudantes e aos diferentes projetos de campo em disputa.

Nesse contexto, torna-se necessário compreender que a disputa pelo currículo constitui uma dimensão estratégica das lutas em torno dos sentidos atribuídos à educação e à formação dos(as) sujeitos(as). A ausência ou o tratamento superficial da questão alimentar nos materiais didáticos revela limites de uma perspectiva curricular orientada pela racionalidade neoliberal, especialmente presente na BNCC, que privilegia competências e habilidades em detrimento de uma compreensão histórica e crítica dos fenômenos sociais. Ao tratar a produção de alimentos predominantemente como atividade econômica, essa abordagem reduz sua dimensão política, territorial e cultural, deixando de problematizar conceitos fundamentais como soberania alimentar, reforma agrária, conflitos pela terra e as diferentes formas de produção e relação com a natureza feita por agricultores(as) familiares, camponeses(as), povos indígenas e comunidades quilombolas (Brasil, 2018). Conforme destaca Arroyo (2013), esses silenciamentos não são neutros ou ocasionais, mas expressam processos históricos de invisibilização dos(as) sujeitos(as) do campo e de seus conhecimentos.

A análise evidencia, portanto, que a ofensiva do agronegócio sobre a educação não constitui um movimento isolado, mas integra uma dinâmica mais ampla de reconfiguração das políticas educacionais sob a racionalidade neoliberal, na qual agentes empresariais disputam a definição dos currículos, dos conhecimentos considerados legítimos e dos sentidos da formação escolar. Nesse processo, consolida-se uma narrativa que associa o agronegócio ao desenvolvimento, à inovação e à sustentabilidade, frequentemente ocultando suas contradições relacionadas à concentração fundiária, aos conflitos territoriais, à degradação ambiental e aos impactos sobre comunidades camponesas e povos tradicionais.

Diante desse cenário, a Geografia escolar assume papel fundamental na construção de uma leitura crítica do território, possibilitando compreender a questão alimentar como expressão das relações sociais e das disputas por diferentes projetos de agricultura e sociedade. Para isso, faz-se necessário fortalecer práticas pedagógicas vinculadas à realidade dos(as) estudantes, ao trabalho de campo, à investigação do território e ao diálogo com os conhecimentos produzidos pelos movimentos sociais e povos e comunidades tradicionais.

No âmbito da pesquisa acadêmica, os desafios colocados demandam o aprofundamento de investigações sobre a atuação dos aparelhos privados de hegemonia empresarial na educação, os impactos das políticas curriculares sobre diferentes territórios escolares e as estratégias construídas pelos(as) sujeitos(as) da escola pública para resistir às perspectivas homogeneizadoras. A produção científica comprometida com uma perspectiva crítica pode contribuir para desvelar as contradições

presentes nos discursos hegemônicos e fortalecer experiências educativas orientadas pela formação humana integral, pela justiça social e pela valorização da diversidade territorial.

Sendo assim, a reflexão crítica deve ser um caminho para pensar a questão alimentar no espaço, especialmente a partir das práticas alimentares e sua transversalidade com o modelo econômico predominante e as relações sociais e culturais presentes no território.

REFERÊNCIAS

ALENTEJANO, P.; CORDEIRO, T.; LINES, R.; SILVA, L.; LINHARES, I. A dupla ofensiva do agronegócio sobre a educação: fechamento de escolas e disputa político-ideológica. **Terra Livre**, v. 2, n. 57, p. 433–470, 2021. https://doi.org/10.62516/terra_livre.2021.2320

AMORIM, J. Desafios atuais da soberania alimentar. In: LIZARRAGA, P; FILHO, J. P. **Atlas dos sistemas alimentares do Cone Sul**. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Rosa Luxemburgo, 2024. p. 6-9. Disponível em: <https://rosalux.org.br/livro/atlas-dos-sistemas-alimentares-do-cone-sul/>. Acesso em: 30 jan. 2026

ARARIBÁ MAIS GEOGRAFIA 7º ANO. **Araribá conecta Geografia**. 7º ano: manual do professor. 1 ed. São Paulo: Editora Moderna, 2022.

ARROYO, M. G. **Currículo, território em disputa**. 5 ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2013.

BARROS, I. F. O agronegócio e a atuação da burguesia agrária: considerações da luta de classes no campo. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 131, p. 175-195, jan./abr. 2018. <https://doi.org/10.1590/0101-6628.136>

BOMBARDI, L. M. **Agrotóxicos e colonialismo químico**. São Paulo: Editora Elefante, 2023.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. Ensino Médio. Brasília: MEC. Versão entregue ao CNE em 03 de abril de 2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/abril-2018-pdf/85121-bncc-ensino-medio/file>. Acesso em: 30 jan. 2026

CALDART, R.S. Educação do Campo. CALDART, R. S; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (Org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012. Disponível em: <https://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/1191.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2026

CAVALCANTI, H. B. **Reestruturação comercial e precarização do trabalho**: as grandes redes de supermercados na cidade de São Paulo. São Paulo: Universidade de São Paulo. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-10042019-103910/pt-br.php>. Acesso em: 30 jan. 2026

CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, Jean. Et. al. **A pesquisa qualitativa**: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis: Vozes, 2008.

ETC Group. **¿Quién nos alimentará?: ¿La red campesina alimentaria o la cadena agroindustrial?**. 3. ed. [S.I.]: ETC Group, 2017. Disponível em: https://www.etcgroup.org/es/quien_alimentara. Acesso em: 30 jan. 2026.

EXPEDIÇÕES GEOGRÁFICAS 7º ANO. **Expedições Geográficas: 7º ano: manual do professor**. 4 ed. São Paulo: Editora Moderna, 2022.

FERNANDES, B. M. QUESTÃO AGRÁRIA. **Programa de Pós-Graduação Integração da América Latina Universidade de São Paulo**, 9 set. 2021. Disponível em: <https://sites.usp.br/prolam/questao-agraria/>. Acesso em 30 jan. 2026

GIROTTI, E. D. Dos PCNS a BNCC: O ensino de Geografia sob o domínio neoliberal. **Geo UERJ**, Rio de Janeiro, n. 30, p. 419-439, 2017. <https://doi.org/10.12957/geouerj.2017.23781>

LEITE, V. J. **A ofensiva do programa político e educacional do agronegócio na educação pública**. (Tese de Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Estadual de Maringá (UEM), 2023. Disponível em: <https://mst.org.br/download/doutorado-a-ofensiva-do-programa-politico-e-educacional-do-agronegocio-na-educacao-publica/>. Acesso em 30 jan. 2026

LIZARRAGA, P; FILHO, J. P. **Atlas dos sistemas alimentares do Cone Sul**. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Rosa Luxemburgo, 2024. Disponível em: https://rosalux.org.br/wp-content/uploads/2024/02/Atlas_da_fome-e.pdf. Acesso em: 30 jan. 2026

LUNARDON, K. A. F. Cozinhas comunitárias e práticas socioespaciais de resistência: entre a luta cotidiana e os horizontes de transformação. **Revista Tamoios**, v. 19, n. 2, p. 100-117, jul-dez. 2023. <https://doi.org/10.12957/tamoios.2023.76240>

MST. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **Cozinhas Populares: solidariedade que alimenta corações e estômagos**, 2023. Disponível em: <https://mst.org.br/2023/12/15/cozinhas-populares-solidariedade-que-alimenta-coracoes-e-estomagos/>. Acesso em: 30 jan. 2026.

MST. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **Programa de Reforma Agrária Popular**. [S.I.]: MST, 2025.

NEAAF. Núcleo de Extensão em Agroecologia e Agricultura Familiar. **O que é Agricultura Familiar?**. Disponível em: <https://neaf.jatai.ufg.br/p/7164-o-que-e-agricultura-familiar>. Acesso em: 30 jan. 2026

OQA-PR. Observatório da Questão Agrária no Paraná. **Atlas da questão agrária no Paraná: diálogos em construção**. (Org.). Naviraí, MS Ipuvaíva, 2021. Disponível em: <https://mst.org.br/download/atlas-da-questao-agraria-no-parana-dialogos-em-construcao>. Acesso em: 30 jan. 2026

PRÉVOST, H. Agroecologia, uma ciência "norma(l)cho"? sob as escrituras científicas, o androcentrismo. **Revista Cadernos de Ciências Sociais da UFRPE**, Recife, v. 2, n. 15, p. 25–52, 2020. Disponível em: <https://www.journals.ufrpe.br/index.php/cadernosdecienciassociais/article/view/3430>. Acesso em: 30 jan. 2026

REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E INSEGURANÇA ALIMENTAR (Rede PENSSAN). **Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil: II VIGISAN. Suplemento I: Insegurança Alimentar nos estados.** São Paulo: Fundação Friedrich Ebert, 2022. E-book. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/arquivos/2022/10/14/olheestados-diagramacao-v4-r01-1-14-09-2022.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2026

REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E INSEGURANÇA ALIMENTAR (Rede PENSSAN). **Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil: II VIGISAN. Suplemento II: Insegurança Alimentar e desigualdades de raça/cor da pele e gênero.** São Paulo: Fundação Friedrich Ebert, 2023. Disponível em: https://redepenssan.org.br/wp-content/uploads/2026/01/OLHE-RacaEGenero-Diag-v5-R05-21-06-2023_compressed.pdf. Acesso em 30 jan. 2026.

RIBEIRO JÚNIOR, J. R. S. Urbanização crítica e alienação das práticas alimentares. **Agrária**, São Paulo, n. 17, p. 104-131, 2012. <https://doi.org/10.11606/issn.1808-1150.v0i17p104-131>

SHIVA, V. **Monoculturas da mente: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia.** São Paulo: Gaia, 2003.

Submetido em 11 de março de 2026.

Aprovado em 26 de agosto de 2026.



Este artigo está licenciado sob a Creative Commons Attribution 4.0 License.